



REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 14 de março de 2024

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 14/03/2024

1- ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Recorde de arrecadação federal em janeiro 2024, estoque de quase R\$ 5 trilhões de reais em caixa, porém, reajuste zero para servidores federais neste ano e graves restrições fiscais, para atender ao teto e metas estabelecidos do arcabouço fiscal. Análise do crescimento do PIB brasileiro em 2023 (2,9%), influenciado pelo agronegócio e mineração, enquanto indústria de transformação e investimentos caíram. Aprofundamento da “autonomia” do Banco Central e dos privilégios garantidos ao setor privado.

2- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- 1ª Plenária Nacional da campanha convocada para os dias 23 e 24 de março de 2024 em Brasília. Pedimos a todas as entidades que acessem o formulário de inscrição (<https://bit.ly/3ULSa03>) e ajudem para suas respectivas bases para que se inscrevam.
- Informações sobre o lançamento da campanha, apoiadores que já estão participando, folheto e notícias disponíveis no site da campanha <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>.
- Pedido de apoio financeiro para subsidiar a realização da plenária. Valor sugerido: R\$ 1.000,00.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 14/03/2024

3- FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR – Participação da deputada federal Fernanda Melchionna (Coordenadora da Frente Parlamentar)

- Necessidade de verificar a nova composição da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde o PLP 104/2022 se encontra e debater sobre as ações possíveis para que seja distribuído a parlamentar que possa assumir a sua relatoria.
- Propor a realização de audiências públicas, atos, mobilizações, e buscar apoio parlamentar junto ao Congresso Nacional pela aprovação do projeto.

4- CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

- Informativos da campanha:

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/informativos-da-campanha/>

- Vote na enquete oficial da Câmara e declare apoio

<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 14/03/2024

5- NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

6- DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7- APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA

E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Limitações do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) mantém teto de gastos sociais para "***guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público***" e ataca servidores(as) públicos(as) sob várias formas, inclusive ameaça de mais contrarreforma da Previdência;
- Restrições LOA 2024;
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32);
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos);
- Elevada taxa básica de juro Selic pelo Banco Central, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida.
- Reforma Tributária do Consumo traz riscos de elevação dos tributos indiretos e Securtização ("Conselho Federativo" já significa desvio das receitas de estados e municípios).

Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas, sob todos os aspectos e, **TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?**

- Chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES** em caixa em **31/12/2023:**
 - **R\$ 1,654 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
 - **R\$ 1,334 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
 - **R\$ 1,718 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202401_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Lucro dos bancos seguiu aumentando
Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 21/12/2023

<http://tinyurl.com/bdfr3a8h>

**APESAR DAS IMENSAS PERDAS ACUMULADAS (entre
53,17% e 39,92%),**

- REAJUSTE SALARIAL ZERO EM 2024
- Reajuste de apenas 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026

**A dívida pública tem atualização monetária
AUTOMÁTICA e CUMULATIVA + JUROS**

Apesar do recorde de arrecadação em jan/24, e de ter quase R\$ 5 trilhões em caixa, o Governo Federal não garantiu reajuste em 2024, pois a prioridade é cumprir as metas do "arcabouço fiscal", ou seja, a priorização dos gastos com a chamada "dívida pública".

RECORDE DE ARRECADAÇÃO EM JANEIRO / 2024

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB EXCLUÍDOS OS PRINCIPAIS FATORES NÃO RECORRENTES E DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

PERÍODO: JANEIRO - 2024/2023

(A PREÇOS DE JANEIRO/2024 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	JANEIRO			
	2024 [A]	2023 [B]	[A]-[B]	[A]/[B]%
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB [1]	262.875	245.519	17.355	7,07
PRINCIPAIS FATORES NÃO RECORRENTES E DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO [2]	6.100	(750)	6.850	(913,33)
IRPJ/CSLL (ATÍPICOS)	4.000	3.000	1.000	33,33
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL (TRIBUTAÇÃO FUNDOS EXCLUSIVOS)	4.100	-	4.100	-
REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS PIS/COFINS COMBUSTÍVEIS	(2.000)	(3.750)	1.750	(46,67)
RESULTADO [1]-[2]	256.775	246.269	10.505	4,27

Tributação dos “Fundos Exclusivos” respondeu por R\$ 4,1 bilhões, ou somente 1,6% da Receita Administrada pela RFB

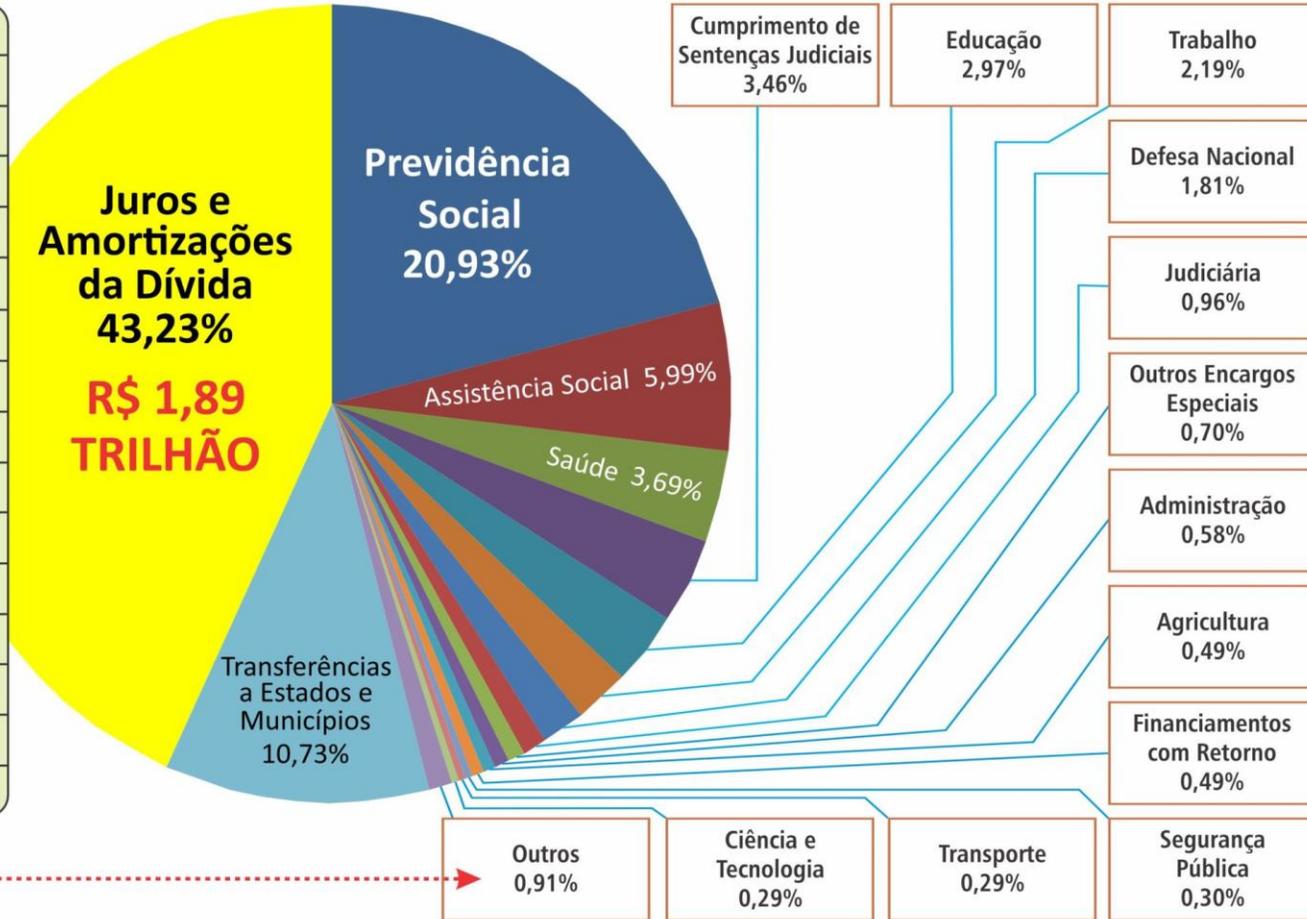
Estabelecimento de alíquota de apenas 8% para antecipar o pagamento do Imposto, enquanto trabalhadores pagam até 27,5%

Fonte: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal/2024-/analise-mensal-jan-2024.pdf/@@download/file>

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

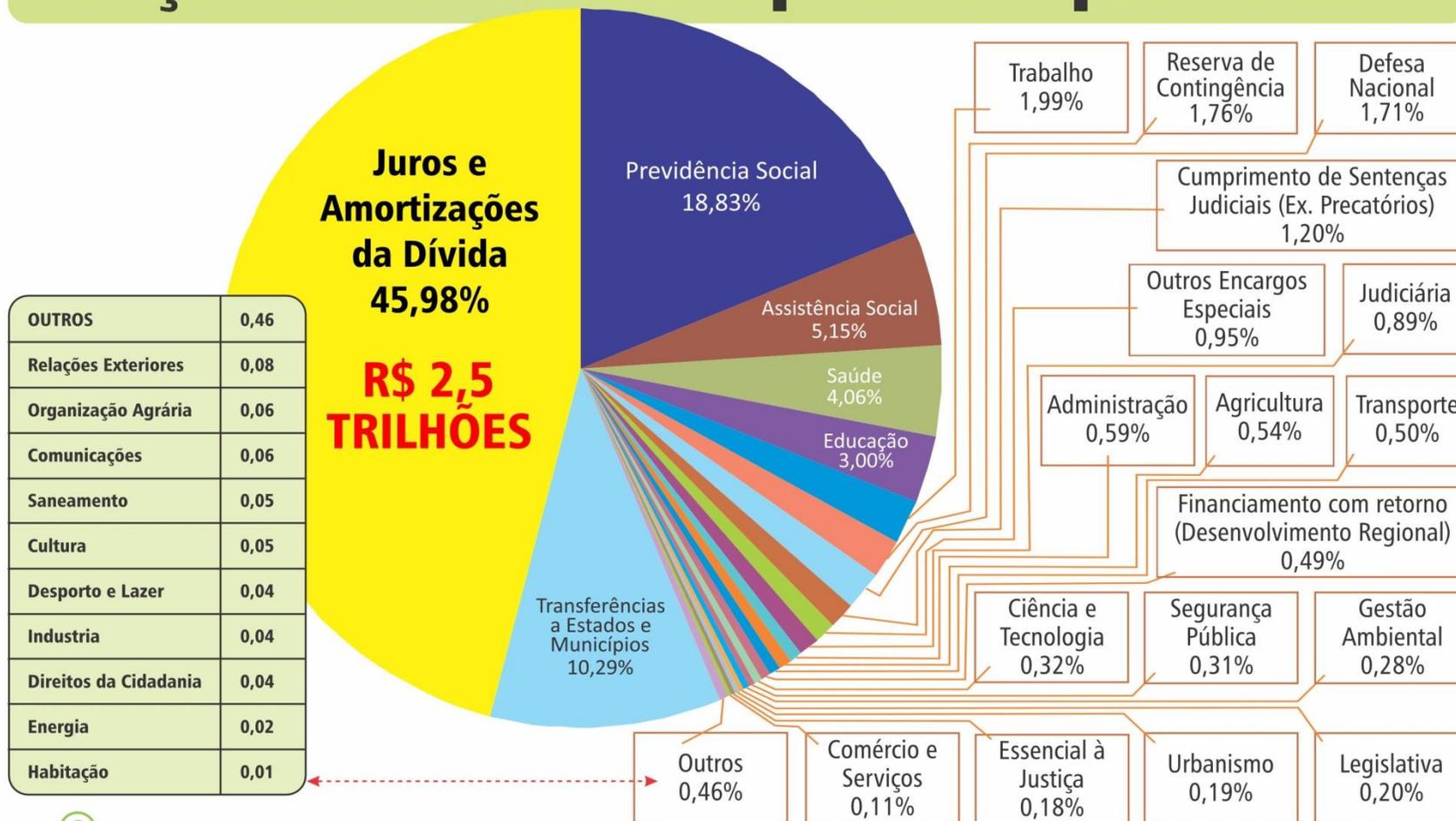
Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

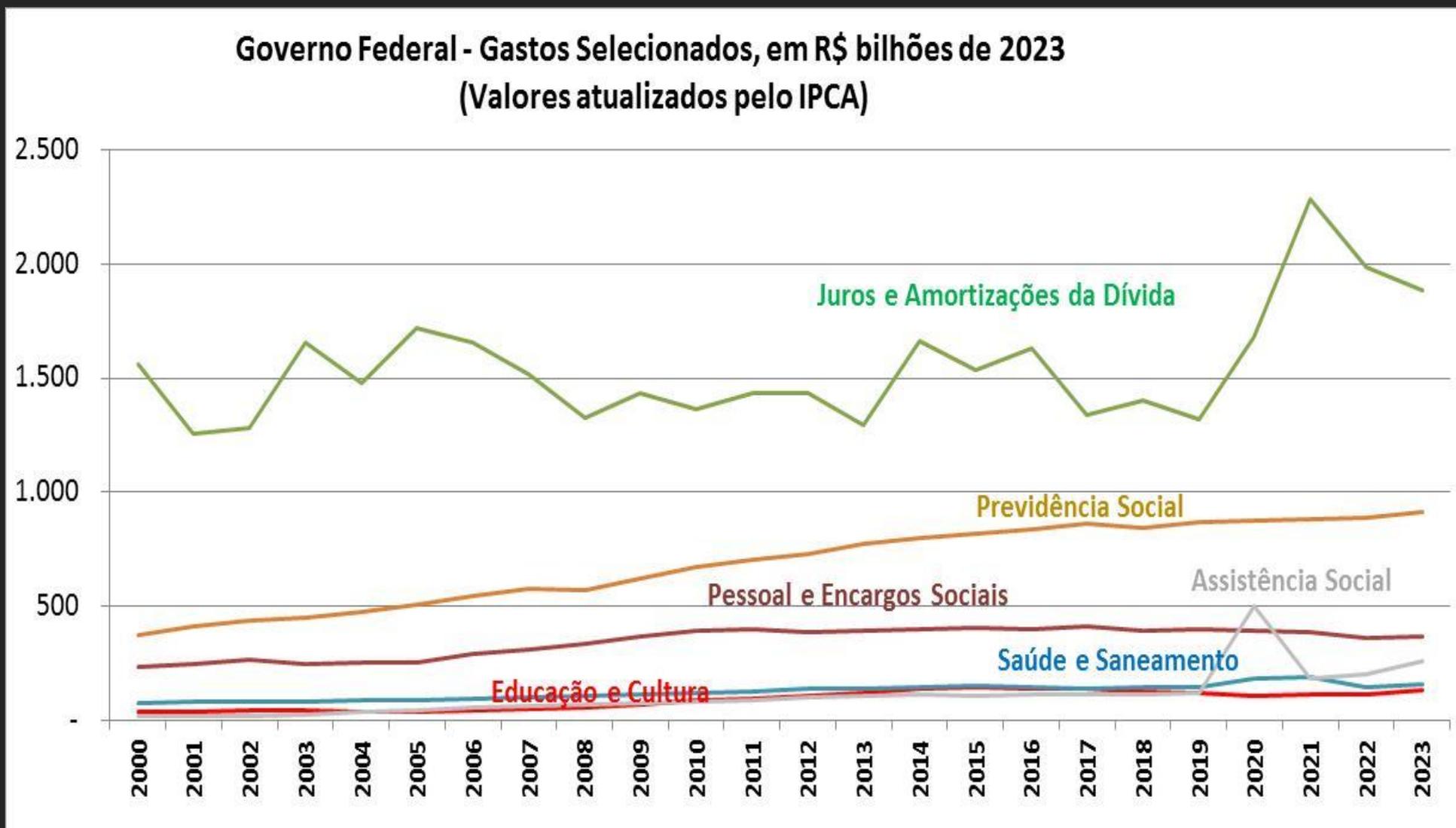
Orçamento Federal aprovado para 2024



Nota: Projeto de Lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional. Os dados do gráfico foram coletados do que foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional
Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - LOA 2024 - Sistema de Consulta ao Autógrafo - Banco de Dados em Access

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 16/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GNDs 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função).

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

CRESCIMENTO DO PIB EM 2023

- **Variação do PIB (média de todos os setores) :** **↑ 2,9%**
- **Indústria de Transformação:** **↓ 1,3%**
- **Investimentos ("Formação Bruta de Capital Fixo"):** **↓ 3,0%**
- **Construção:** **↓ 0,5%**
- **Comércio:** **↑ 0,6%**

ENTÃO, QUAIS SETORES QUE PROVOCARAM A ALTA DE 2,9% DO PIB?

- **Agropecuária:** **↑ 15,1%**
- **Mineração ("Indústrias Extrativas"):** **↑ 8,7%**
- **Exportações** **↑ 9,1%**
- **Serviços Financeiros** **↑ 6,6%**
- **Consumo das Famílias (quais famílias ?)** **↑ 3,1%**

BC quer autonomia total, o que resultaria na explosão dos juros e da dívida pública – PEC 65/2023

Art. 1º da PEC: *“O Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira”*

- Uma “empresa” irá administrar as nossas Reservas Internacionais (construídas à custa de dívida pública), definir a taxa básica de juros e toda a política monetária do país?
- Uma “empresa” irá supervisionar os bancos???
- Essa “empresa” continuará recebendo mais de R\$ 2 trilhões em títulos públicos federais, de graça, e ainda por cima, juros sobre esses títulos que ganha de bandeja?
- Os prejuízos dessa “empresa” continuarão a ser repassados para o Tesouro Nacional?

O Tesouro Nacional tem sustentado o Banco Central, conforme já publicamos (<https://monitormercantil.com.br/tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/>) . Isso vai continuar?

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

Falsa desculpa de "combater inflação"

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA
R\$ 44,8 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	44,8	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**



Felipe Coutinho

Engenheiro químico e vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

Direção da Petrobrás mantém preço do diesel acima do PPI, apesar da redução do preço

Somente a Petrobrás consegue suprir o mercado doméstico de derivados com preços abaixo do paritário de importação e, ainda assim, obter resultados compatíveis com a indústria internacional e sustentar elevados investimentos

Publicado em 27/12/2023

Compartilhe:



https://aepet.org.br/artigo/direcao-da-petrobras-mantem-preco-do-diesel-acima-do-ppi-apesar-da-reducao-do-preco/?gclid=CjwKCAiAzJOtBhALEiwAtwj8tpomPiNKgYXAYtdXHbgiPPi3TwWtEsBq6KSDVoMXZwbL4AeUyx_Y5xoCo9QQAvD_BwE

ABUNDÂNCIA NO GASTO COM JUROS



País volta a ter maior juro real do mundo mesmo com queda da Selic

Brasil ocupa a 1ª posição com taxa projetada de 6,90% para os próximos 12 meses, segundo dados da consultoria MoneYou



O Banco Central é responsável por definir a política monetária do Brasil

Houline Nascimento
6.nov.2023 (segunda-feira) - 6h30

Valor **investe**

Brasil continua com o juro real mais alto do mundo após Selic seguir em 13,75% ao ano



Brasil continua com os juros reais mais altos do mundo, mostra levantamento

Em fevereiro, taxa de juros brasileira, descontada a inflação, foi de 7,4%, a maior em um grupo de 40 países observados

O Brasil continua sendo o país com um os juros reais mais altos do mundo | CNN PRIME TIME



e | investidor

ASSINE NOSSA NEWSLE

COMPORTAMENTO

Brasil é o país com a maior taxa de juro real do mundo. Veja o ranking

Estudo inclui 156 países e considera a taxa de juros descontada da inflação esperada para os próximos 12 meses

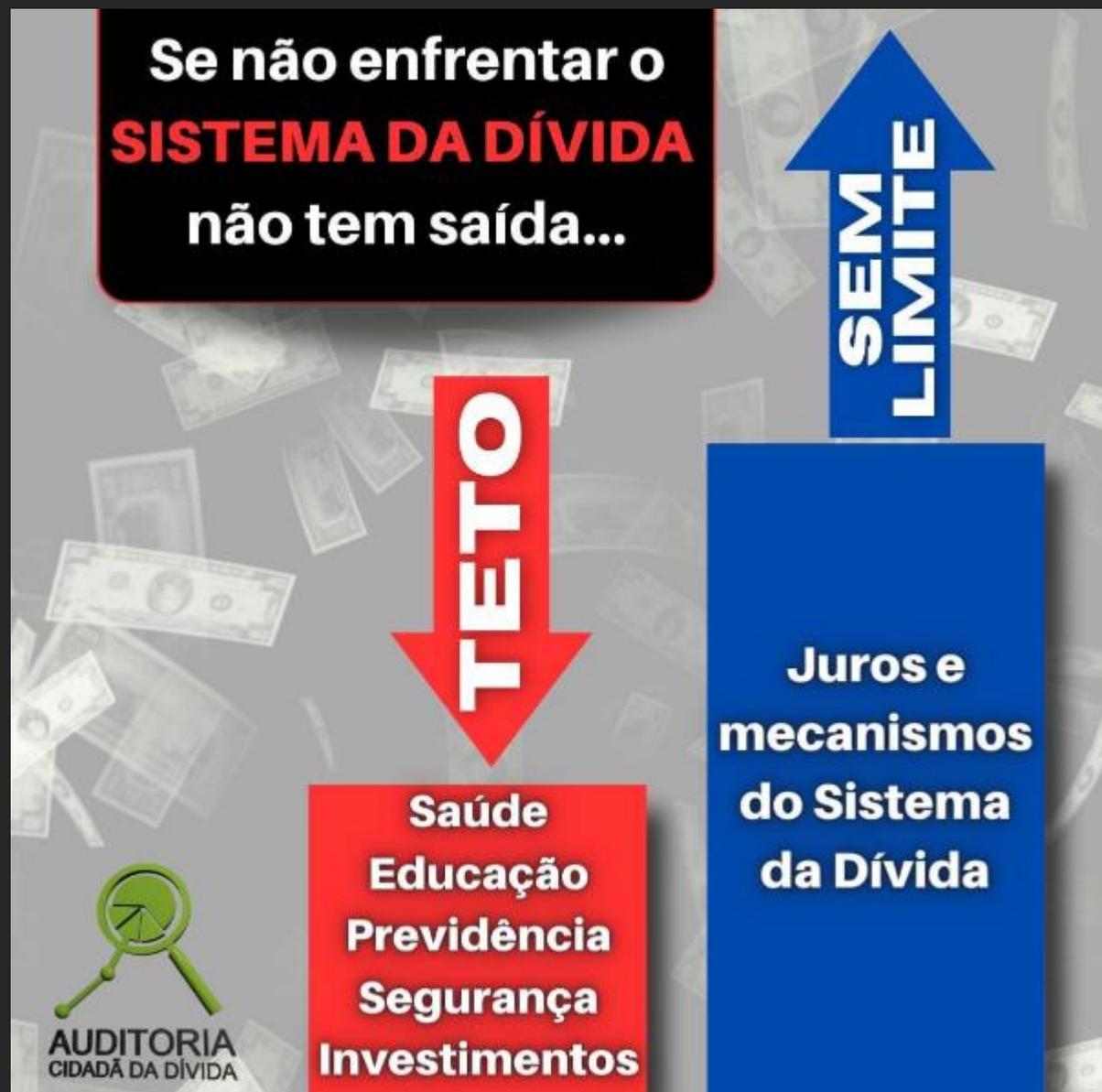
BEATRIZ ROCHA
beatriz.conceicao@estadoa.com

08/12/2022, 9:05 (atualizada: 08/12/2022, 10:51)



Lei Complementar 200/2023 ARCABOUÇO FISCAL

- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário



ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

JORNAL DA USP

PORTAL DA USP FALE CONOSCO WHATSAPP ENVIE UMA PAUTA

ATUALIDADES CIÊNCIAS CULTURA DIVERSIDADE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL RÁDIO USP TEC

Início > Atualidades > SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

É o que defende o professor Paulo Capel Narvai em seu livro "SUS: uma reforma revolucionária", no qual informa sobre a importância do Sistema Único de Saúde para a população

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=506293>

07/04/2022 - Publicado há 2 anos Atualizado: 08/04/2022 as 13:28



uol

Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSIN

SAÚDE

Investimento em saúde pública cai 64% em 11 anos no Brasil, indica estudo

PUBLICIDADE

EDUCAÇÃO

Professores indicam falta de estrutura e de recursos em escolas públicas do país

Os dados são do Censo Escolar, do Ministério da Educação

Por Agências Publicado em 21 de maio de 2023 | 11h41 - Atualizado em 21 de maio de 2023 | 11h41



Especialistas apontam falta de recursos para a educação inclusiva

Número de crianças com deficiência que frequentam a educação infantil regular duplicou, de 2006 para 2022, segundo a Pnad

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

FOLHA DE S.PAULO



16.jan.2024 às 16h36

Paralisação de servidores ambientais reduziu autuações em 93%, diz associação

Categoria pede 'urgência' no atendimento da reivindicação de melhores condições de trabalho

ESTADÃO 

Ibama tem déficit de metade de especialistas em meio ambiente e categoria ameaça parar

Agentes de órgão que combate crimes ambientais na Amazônia e em mais biomas reclamam de má condição de trabalho e pedem reforço; governo Lula diz debater reestruturação das carreiras


Por Paula Ferreira
05/01/2024 | 17h16
Atualização: 05/01/2024 | 21h18



Entidades pedem a relator mais verbas para ciência no orçamento de 2024

Manifestação diz que valores destinados para pasta são inferiores aos deste ano, o que “vai na contramão de slogan” adotado pelo Planalto

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

uol Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSINE UOL

PESO	EURO	BITCOIN	BOVESPA	IPCA	SE
+0,59%	+1,14%	+0,25%	+0,11%	+0,26%	+12,25%
R\$ 0,014	R\$ 5,347	R\$ 180.380,81	124.773,21 PTS	Set.2023	

ECONOMIA

São 7 anos sem reajuste para servidores, destaca Mercadante

ESTADÃO conteúdo
Brasília
06/12/2022 16h47

PUBLICIDADE

Brasil de Fato 20 anos
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

ENGLISH ESPAÑOL

INÍCIO > GERAL

RECOMPOSIÇÃO

Desvalorizados desde 2016, servidores federais lutam por reajuste salarial

Reajuste ZERO

para **salários de servidores em 2024** enquanto trilhões são gastos com o sistema da dívida mostra a necessidade de: **LIMITE DOS JUROS e AUDITORIA JÁ**



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

MODELO ECONÔMICO CONCENTRADOR DE RENDA



Ao vivo

Política

Economia

Esportes

Pop

Viagem & Gas

Desigualdade: 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, diz relatório da Oxfam

Levantamento também aponta que os 50% mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do país



Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.



Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

Centralidade do Sistema da Dívida

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a “Bolsa Banqueiro”, as altíssimas taxas de juros e outros.
- Banco Central elevou a SELIC até o abusivo patamar de 13,75% a.a., mantendo-a aí por 1 ano, e vem reduzindo a conta-gotas, sem justificativa científica que se sustente.
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

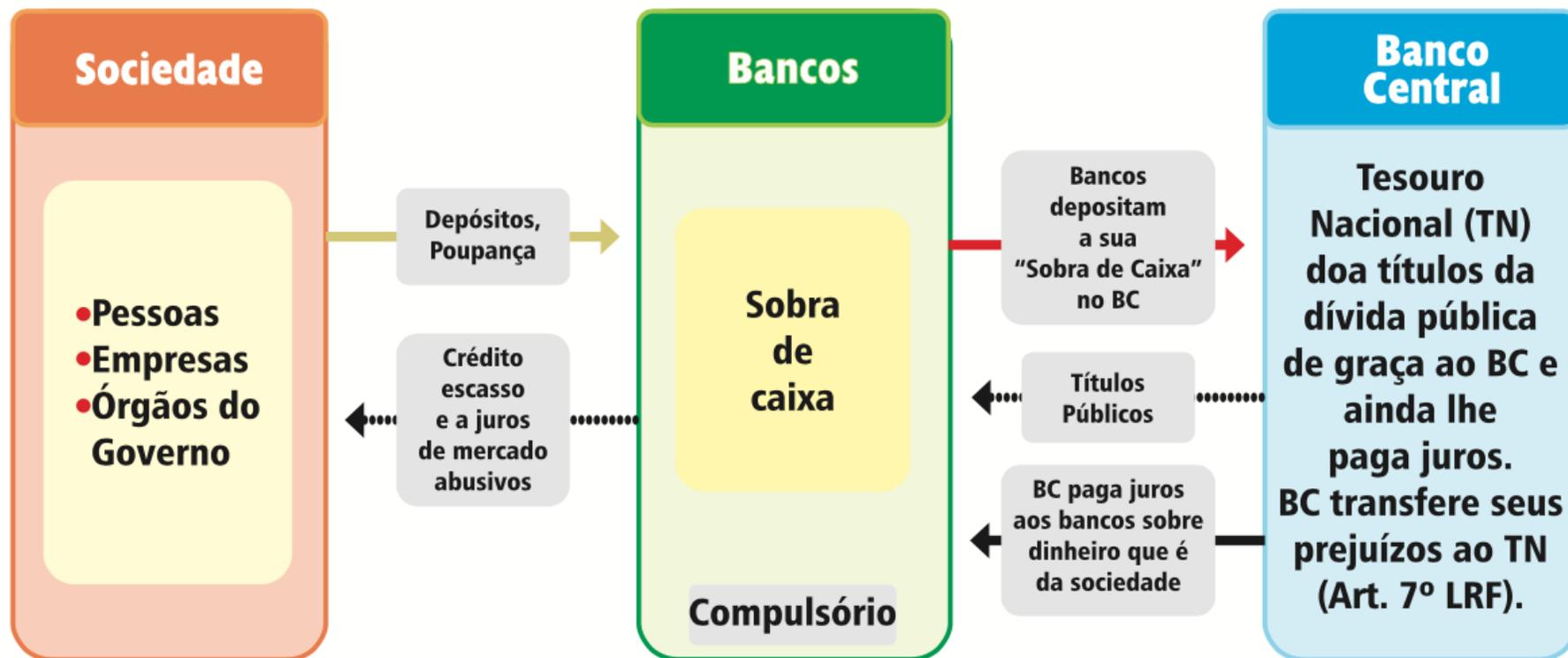
Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

**EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL**



- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

**R\$ 2,51
Trilhões**

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

**R\$ 1,38
Trilhão**

No final das contas, a
Dívida Pública RETIROU
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=5H06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para **investimentos sociais e estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- **LIMITE DOS JUROS EM LEI**
- **AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**
 - **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA**

2- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- 1ª Plenária Nacional da campanha convocada para os dias 23 e 24 de março de 2024 em Brasília. Pedimos a todas as entidades que acessem o formulário de inscrição (<https://bit.ly/3ULSa03>) e ajudem para suas respectivas bases para que se inscrevam.
- Informações sobre o lançamento da campanha, apoiadores que já estão participando, folheto e notícias disponíveis no site da campanha <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/> .
- Pedido de apoio financeiro para subsidiar a realização da plenária. Valor sugerido: R\$ 1.000,00.

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Site: <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



[Notícias da campanha](#)

[Objetivos da Campanha](#)

[Participe da 1ª Plenária](#)

[Materiais da Campanha](#)

[Quem já está apoiando a campanha](#)

[Contribua com a Campanha](#)

SOBRE A CAMPANHA

Junte-se a nós nesta luta por direitos sociais! Participe!

A Campanha Nacional por Direitos Sociais está sendo construída e aguarda a sua participação e da entidade da qual você faz parte.

O lançamento aconteceu no dia 6 de fevereiro de 2024 (primeiro dia de trabalho do Congresso Nacional) pelas diversas entidades, centrais sindicais e movimentos sociais que idealizaram a campanha e outras que já estão participando.

O objetivo é articular e fortalecer todas as lutas sociais que estão acontecendo, pois a nossa união irá aumentar as nossas chances de enfrentar as graves restrições impostas pelo "arcabouço fiscal" aos investimentos sociais.

INSCREVA-SE PARA A PLENÁRIA NACIONAL

Nos dias 23 e 24 de março de 2024 será realizada a 1ª Plenária Nacional da campanha em Brasília. Acesse o formulário (<https://bit.ly/3ULSa03>) e venha fazer parte dessa Campanha.

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS



1ª Plenária da Campanha Nacional por Direitos Sociais

23 e 24 de março de 2024
9h às 17h

Teatro dos Bancários em Brasília
Inscreva-se e participe!

PLENÁRIA DA CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Data: 23 e 24 de março de 2024 às 9 horas

Local: Teatro do Sindicato dos Bancários

EQS 314/315 BL A, Asa Sul, Brasília - DF

Programação:

23/3, sábado: Abertura e Mesas de debate:

“O retrato do Brasil”

“As lutas do povo brasileiro”

24/3, domingo:

Organização: definição dos eixos, agenda e coordenação nacional, que substituirá a coordenação provisória.

Contamos com a participação de todas as pessoas e entidades que já estão apoiando essa importante iniciativa e demais entidades, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, associações, coletivos que venham aderir.

INSCREVA-SE: <https://bit.ly/3ULSa03>



PLENÁRIA DA CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

CONFIRMAÇÕES:

Mesa 1 – 23/03 a partir de 9h “O retrato do Brasil”

Prof. Ladislau Dowbor

Maria Lucia Fattorelli

Deputado Distrital Fábio Félix

Mesa 2 – 23/03 a partir de 14:30 h “As lutas do povo brasileiro”

Direitos trabalhadores(as) setor público – Fabiano dos Santos (Fonasefe)

Direitos trabalhadores(as) setor privado – Aldiério Florêncio Pereira (FSDM-MG)

Direito a Educação pública de qualidade – Profa. Raquel Dias (Andes-SN)

Direitos da população negra e contra o racismo – Dr. Carlos Moura

Direitos dos Povos Indígenas – Mary Anne Xucuru

Direitos das Mulheres – Marcha das Mulheres – Wilma dos Reis

Direitos dos Estudantes – Laura Vilela Teixeira Gisler (UNE)

Direito a juros baixos – Prof. Roberto Piscitelli

Direito à Previdência Social pública e universal – Gilberto Pereira (Anfip)

Direito à soberania energética e reestatização Eletrobras – Tiago Bittencourt Vergara (Sinergia)

Direito ao desenvolvimento sustentável – Cleberson Zavaski (Ascema)

Direito a terra – Guilherme Delgado (ABRA)

PLENÁRIA DA CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

PRECISAMOS DELIBERAR e ESTABELEECER COMPROMISSOS

Material para distribuição à plenária

- Folheto elaborado para o lançamento
- Cartilha da ACD
- Bloco? Caneta?
- Crachá?
- Confeção de faixa para mesa, banners

Alimentação

- Água e café
- Forneceremos almoço no sábado? Estimativa de custo

PESSOAL DE APOIO NOS DIAS 23 E 24/MARÇO

- Nomes e contatos

Filmagem

Fotos

REDE DE JORNALISTAS DAS ENTIDADES

APOIO FINANCEIRO: Total arrecadado desde o início da campanha: R\$ 19.200,00

Despesas com o lançamento, construção da página etc. até 13/03/2024: R\$ 9.822,33



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

1ª Plenária da Campanha Nacional por Direitos Sociais

23 e 24 de março de 2024
9h às 17h

Teatro dos Bancários em Brasília
Inscreva-se e participe!

MOBILIZAÇÃO:

Quantas pessoas cada entidade poderá trazer? Podem expedir convite para base e contatos?

**3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE
O LIMITE DOS JUROS E A
AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA
PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO
POPULAR**

FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Necessidade de verificar a nova composição da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde o PLP 104/2022 se encontra e debater sobre as ações possíveis para que seja distribuído a parlamentar que possa assumir a sua relatoria.
- Propor a realização de audiências públicas, atos, mobilizações, e buscar apoio parlamentar junto ao Congresso Nacional pela aprovação do projeto.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 14/03/2024

4- CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

- Informativos da campanha:

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/informativos-da-campanha/>

- Vote na enquete oficial da Câmara e declare apoio

<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

5- NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 14/03/2024

6- DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

· Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7- APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO